

Giro Sindical

Divulgue notícias de seu Sindicato nesta seção. Para isso, basta entrar em contato com a Secretaria de Comunicação da CUT-PR pelo e-mail imprensa@cutpr.org.br, ou telefone (41) 3232-4649. Na próxima edição a luta de sua categoria pode estar aqui. Participe!

Sindipetro PR/SC

Em protesto contra a 7ª Rodada de Leilão do Petróleo, promovida pela ANP (Agência Nacional do Petróleo), os petroleiros de todo país cruzaram os braços no dia 17 de outubro. A área leiloada é de 397,6 mil km². São 509 blocos localizados em terra e 625 no mar. Os blocos tiveram lances mínimos de apenas R\$ 1 mil. Com exceção do Ativo de Produção Sul, localizado na cidade de Itajaí-SC, que atrasou as atividades em duas horas, em todas as outras unidades da base do Sindipetro PR/SC ocorreram paralisações de 24 horas.

SindPREvs

Os servidores do setor de arrecadação do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) decidiram em Encontro Nacional fazer uma paralisação nacional de 48 horas nos dias 5 e 6 de outubro contra a MP 258, que cria a Super-Receita (promove a fusão da receita fazendária com a previdenciária). O direito de optar entre ir para a Receita ou permanecer no INSS, redistribuição para o novo órgão (e não 'fixação', como consta na MP), paridade salarial com os servidores do quadro da Receita Federal, manutenção da jornada de trabalho de 30 horas, garantia de um plano de carreira, são as principais reivindicações dos previdenciários.

Assembléia Popular Estadual

O auditório da Paróquia São Pedro Apóstolo, em Curitiba, permaneceu lotado nos dias 8 e 9 de outubro. Isso porque cerca de setecentas militantes dos movimentos sindical, camponês, estudantil e popular urbano vieram de todas as regiões do Paraná para participar da Assembléia Popular Estadual. Foram dois dias dedicados ao estudo, debate e atividades culturais. O resumo dos desdobramentos dos trabalhos em grupo expressou a necessidade da construção coletiva de um projeto popular e soberano para transformar essa realidade. Segundo as deliberações, esse projeto seria focado na valorização da vida, com atenção especial para as necessidades do povo, resgate da cultura popular e respeito à diversidade étnica, religiosa, de gênero e cultural.



Davi Macedo

Servidores de Medianeira



Arquivo Sindicato

Em Assembléia Geral que lotou o auditório da Câmara de Vereadores, realizada na noite do dia 29 de setembro, os filiados ao Sindicato dos Servidores Municipais de Medianeira (Sindserv) filiaram a entidade à Central Única dos Trabalhadores. Outra deliberação importante daquele dia unificou os Sindicatos dos Servidores com o do Magistério Municipal.

APP

Cerca de 500 funcionários de escolas e professores de diversas regiões do estado participaram no dia 11 de outubro do ato público na Seap, convocado pela APP-Sindicato. Critérios justos para o concurso de serviços gerais, anulação de questões no concurso para administrativo, não demissão de funcionários não aprovados no último concurso público, enquadramento de funcionários, reposição salarial, prorrogação do concurso público de professores de 2003, entre outros foram os itens reivindicados no ato. Uma comissão formada por representantes da diretoria estadual da APP e representantes de núcleos sindicais foi recebida pelo governo no final da manhã.



Arquivo APP

SindiSeab

Servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) paralisaram suas atividades no dia 18 de outubro. O protesto cobrou reajuste salarial em caráter de urgência, já que a última reposição desses trabalhadores foi em agosto de 1995, com índice de 10%. Segundo o estudo do Dieese, as perdas salariais acumuladas de agosto de 1995 a dezembro de 2002 chegam a 84%. Se acrescidas da defasagem observada desde janeiro de 2003 (início do governo Requião) a julho de 2005, atingem o percentual de 123% (ICV-DIEESE/PR).



Davi Macedo

Jornal da CUT PARANÁ

Informativo da CUT-Paraná - Ano I - outubro de 2005 - nº 6



Bancários conquistam avanços com greve Pág. 5

Salário mínimo regional será debatido com outros setores em evento da CUT-PR

Iniciar o processo de debate para instaurar um salário mínimo regional do Paraná. É com esse objetivo que a CUT-PR promove no dia 07 de novembro, às 18h30, na Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o debate "Salário Mínimo Regional do Paraná Perspectivas e Possibilidades". A atividade vai reunir de representantes de trabalhadores, empresários e do governo com o intuito de tirar medidas concretas para a implantação de um mínimo paranaense, a exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, onde o valor do salário ficou em R\$ 374,67 (RS). A realização desse debate surgiu a partir da vontade da classe trabalhadora paranaense de definir um piso com base na realidade econômica e social do Estado.

Essa atividade está intrinsecamente ligada às ações que a central promoverá até o próximo período para reduzir a desigualdade social no país. Um exemplo é a

debate

Salário Mínimo Regional do Paraná

"Perspectivas e Possibilidades"

Marcha pela Valorização do Salário Mínimo e Redução da Jornada de Trabalho, que acontece de 28 a 30 de novembro, em Brasília. Milhares de sindicalistas de todo país e também de outras centrais sindicais participarão da caminhada.

Segundo o presidente da CUT-PR, Roni Anderson

Barbosa, o salário mínimo tem um papel fundamental na distribuição de renda. "Se conseguirmos definir um piso mínimo regional, estaremos contribuindo para diminuir o enorme abismo social brasileiro", ressaltou.

Nesta edição

- Bancários de Londrina comemoram 20 anos de filiação à CUT** Pág. 3
- Requião ataca organização sindical** Pág. 3
- Mulheres da CUT-PR realizam Encontro Estadual** Pág. 3
- CUT defende o "SIM" no referendo popular do desarmamento** Pág. 4
- Congresso: prazo para quitação de dívidas vai até 30/11** Pág. 6
- CUT promove II Marcha pelo Salário Mínimo e Redução da Jornada** Pág. 7
- Giro Sindical: tudo o que acontece no mundo do trabalho no Paraná** Pág. 8

Acesse:



www.cutpr.org.br



Seu portal de notícias sobre o mundo do trabalho

Agenda

Outubro

19 - Eleição do Sitravest, em Curitiba.

- Ocupação do Congresso para preparar a II Marcha Nacional do Salário Mínimo.

21 - Solenidade Comemorativa SEEB Londrina - Vinte anos de Filiação à CUT.

22 - Posse da nova Diretoria do Núcleo da Região Metropolitana Sul da APP-Sindicato, em São José dos Pinhais.

24 - Encontro de Organização da Regional Oeste, em Toledo.

24 a 27 - IV Módulo do curso de Formação de Dirigentes, na Escola Sindical Sul, em Florianópolis-SC.

25 - Comemoração dos 50 anos do Dieese no Brasil, em Curitiba.

28 e 29 - Encontro Estadual da Mulher Trabalhadora da CUT, na chácara dos vigilantes, em São José dos Pinhais.

31 - Reunião dos Secretários de Formação das CUT's PR, SC, RS e Direção da Escola Sindical Sul, na Escola Sindical Sul, em Florianópolis-SC.

Novembro

04 - Encontro de Organização da Regional Sudoeste, em Francisco Beltrão

05 - Jantar de Confraternização dos Trabalhadores no Comércio, em Pato Branco.

07 e 08 - Reunião da Direção Estadual da CUT, na sede do SINTRACON CTBA.

07 - I Debate Estadual do Salário Mínimo Regional do Paraná, em Curitiba.

08 - Ato de lançamento da II Marcha Nacional do Salário Mínimo, em Curitiba.

09 a 12 - Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, em Brasília.

10 a 12 - Congresso Nacional Extraordinário dos Vigilantes, em Curitiba.

21 - Reunião da Direção Executiva da CUT, na sede da entidade, em Curitiba.

21 a 24 - V Módulo do curso de Formação de Dirigentes e IV Módulo do curso de Formação de Dirigentes Formadores, na Escola Sindical Sul, em Florianópolis-SC.

28 - Carreatas e deslocamento em direção ao ponto de concentração da II Marcha Nacional do Salário Mínimo, em Brasília.

29 - Início da II Marcha Nacional do Salário Mínimo em direção à Esplanada dos Ministérios e a noite vigília com todos os participantes.

30 - Ato / debates na esplanada com visitação ao Congresso Nacional e proposta de agenda com o Presidente da República.



Expediente



Órgão Informativo da CUT-Paraná
Central Única dos Trabalhadores do Paraná
Sede: Rua João Manoel, nº 444, São Francisco - Curitiba-PR
CEP 80510-250 - Fone (41) 3232-4649 - Fax: (41) 3324-5106
http://www.cutpr.org.br
cutpr@cutpr.org.br

Direção Executiva: Roni Anderson Barbosa (presidente), Sérgio Athaide Silva (vice), José A. dos Santos (secretário geral), Carlos A. Recacho (1º secretário), Raimundo R. S. Filho (secretário de finanças), Elide Bueno (1º tesoureira), Rose Mari Gomes (secretária de política sindical), Marcos Rochinski (secretário de formação), David Machado (secretário de comunicação), Débora A. Souza (secretária de políticas sociais), Miguel Angel A. Baez (secretário de organização), Mario A. de Oliveira (1º suplente), Eliana M. dos Santos (2º suplente), Edirnei L. Martinowski (3º suplente).

Efetivos da Direção: Jonas Braz, Odete T. de Aquino, Mauro César Pereira, Elton Luiz Barz, Otémio Garcia de Lima, Mônica Giovanetti,

Suplentes da Direção: Edilson José Gabriel, Vanderlan M. do Prado, Clarice Gravina, Ivan Carlos Pinheiro, Maria Helena, Guarezi, Marcos A. Mackert, Emerson B. Owar Diur, Marlei F. de Carvalho, Milena Maria Martinez, Claudia R. Moreira, Hermes Gonçalves, José R. Carneiro.

Conselho Fiscal: José Daniel Farias, Maria Salete Escher, Elísio E. Marques.

Conselho Fiscal (suplentes): Nelson Ferreira, Maria Eugênia Oliveira, Regina C. Guimarães.

Jornalista Responsável: Davi Macedo 5462 DRT/PR

Diagramação: Davi Macedo (41) 9625-1357

Impressão: Gráfica Helvética

Tiragem: 10 mil exemplares

Marcha a Brasília

CUT luta por redução da jornada e política de valorização permanente do Salário Mínimo

Antes da Marcha, CUT realiza ocupação pacífica do Congresso Nacional

Entre os dias 28 e 30 de novembro, sindicalistas de todo país farão uma longa caminhada pelo planalto central rumo à Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Trata-se da II Marcha Nacional do Salário Mínimo e Redução da Jornada de Trabalho, manifestação unitária das centrais sindicais brasileiras em torno de uma pauta comum de luta da classe trabalhadora.

Na concepção da CUT, o aumento do poder aquisitivo do salário mínimo, que em nosso país é um elemento fundamental para a distribuição de renda, deve ser guiado por uma política de valorização permanente. Para garantir os recursos necessários no Orçamento da União, a Direção Nacional da CUT tirou como proposta durante sua última reunião, em setembro, a constituição de um Fundo de Solidariedade Sobre Grandes Fortunas, composto pela taxa média de 1,5% das famílias ou empresas que possuem patrimônio líquido a partir de R\$ 2,4 milhões.

Antes da Marcha, a CUT realizará a ocupação pacífica do Congresso Nacional no dia 19 de outubro. Cerca de duzentas lideranças de diversas categorias participarão da atividade que pretende expor aos parlamentares e à sociedade uma pauta para o fortalecimento da justiça social, com desenvolvimento, mais salário, empregos e direitos. "Entre outros pontos importantes necessários para avançar na melhoria das condições de vida e de trabalho, precisamos garantir a valorização crescente

II Marcha Nacional pela valorização do Salário Mínimo e da Redução da Jornada de Trabalho

do salário mínimo, bem como investimentos nas áreas sociais e em um serviço público de qualidade. Para isso, os recursos precisam estar alocados no Orçamento de 2006", destacou João Antônio Felício, presidente nacional da CUT. A Central também defende a atualização da tabela do Imposto de Renda, cuja defasagem acaba onerando os salários mais baixos, e o estabelecimento de metas de emprego, para que o país não seja guiado apenas por metas de inflação que muitas vezes alavancam os juros, comprimem o consumo e minam o crescimento do mercado interno.

Redução da jornada

A aprovação da PEC 393, que diminui da jornada de 44 para 40 horas semanais, será, ao lado do salário mínimo, a grande reivindicação da Marcha Nacional. Estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) revela que

com a redução cerca de 2,4 milhões de novos postos de trabalho seriam criados no país. A limitação das horas-extras, considerada a grande vilã da geração de empregos, também deve entrar na pauta do protesto. Segundo o economista Cássio Calvete, pai-nalista da oficina que debateu as ações da CUT frente a redução da carga horária e limitação das horas-extras, o ponto chave é reduzir a jornada efetiva, diminuído a jornada padrão e a hora-extra, item que possibilita ao patronato pagar salários mais baixos, enquanto força os empregados a trabalharem mais para alavancar a remuneração. O perfil dos trabalhadores que costumam fazer hora-extra, de acordo com dados apresentados pelo economista, é preocupante, pois na maioria são os de mais baixa remuneração e nível de escolaridade, negro, homem, vinculado ao comércio, construção civil ou ao emprego doméstico.

Considerada como uma luta histórica da CUT desde sua fundação, em 1983, a redução

da jornada sem redução de salários foi conquistada em alguns acordos coletivos e transformada em lei, baixando de 48 para 44 horas semanais já na Constituição de 1988. Em 2000 foi iniciada nova campanha reivindicatória sobre o tema, que foi ampliada no ano passado com a participação das demais centrais.

Lançamento regional

Para desenvolver ações específicas junto às bases, ao poder público e aos deputados federais que precisam votar as duas medidas (Política de Valorização Permanente do Salário Mínimo e Redução da Jornada Sem Redução de Salários) no Congresso Nacional, as CUT's estaduais realizarão ações específicas. No Paraná, a Central fará o lançamento regional da II Marcha Nacional do Salário Mínimo e da Redução da Jornada de Trabalho. A atividade acontecerá no dia 8 de novembro, às 09 horas, na Boca Maldita.

CUT-PR abre debate sobre salário mínimo regional

A atuação da CUT para o próximo período será voltada à redução da desigualdade social no país. A Marcha pela Valorização do Salário Mínimo e Redução da Jornada de Trabalho, que acontece de 28 a 30 de novembro, em Brasília, é um exemplo disso. Ações com essa mesma finalidade também ocorrerão nos estados. No Paraná, a CUT, além de fazer o lançamento regional da Marcha, vai partir para um amplo debate nunca antes feito por aqui: a construção de um salário mínimo regional do Paraná. Essa iniciativa surgiu a partir da vontade da classe trabalhadora em constituir uma política salarial de acordo com a real situação sócio-econômica do Estado e do entendimento que o mínimo ainda é no Brasil um importante instrumento de distribuição de renda.

Para iniciar esse processo de discussão, a CUT-Paraná promove no dia 07 de novembro, às 18h30, na Reitoria da UFPR (auditório Anfi 100 Rua General Carneiro, nº 406, Ed.

D. Pedro I, 1º andar, Centro - Curitiba), o debate "Salário Mínimo Regional do Paraná Perspectivas e Possibilidades". A finalidade dessa atividade é reunir o máximo de representantes de trabalhadores, empresários e do governo com o objetivo de tirar medidas concretas para a implantação de um mínimo paranaense, a exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, onde o valor do salário ficou em R\$ 374,67 (RS).

Segundo o presidente da CUT-Paraná, Roni Anderson Barbosa, "a Central deve trabalhar bastante nos próximos meses com projetos que estimulem a redução das desigualdades sociais. Nesse contexto, o salário mínimo tem um papel fundamental na distribuição de renda. No Paraná temos a expectativa de construir um mínimo regional que reflita a realidade social e econômica de nosso Estado. Queremos sair do discurso para a prática na distribuição da renda. Acreditamos que são com políticas afirmativas como essa



que tornarão isso possível". dia 04 de novembro, pelo telefone (41) 3232-4649, ou e-mail: secgeral@cutpr.org.br.

que tornarão isso possível".

As inscrições para o debate devem ser feitas até o

dia 04 de novembro, pelo tele-

fone (41) 3232-4649, ou e-mail: secgeral@cutpr.org.br.

Comunicado importante:

As entidades em situação financeira irregular com a CUT têm até o dia 30 de novembro para aderir ao parcelamento dos débitos e, dessa forma, regularizar-se para participar do 10º Cecut (Congresso Estadual da CUT) e poder disputar vagas de delegados para o 9º Concut (Congresso Nacional da CUT). Para isso, o Sindicato deverá quitar 50% do total da dívida até abril de 2006. O pagamento será por meio de cheques pré-datados. Outras informações pelo telefone (41) 3232-4649.

Programação prévia

18h30 - Abertura

19h00 - Apresentação do Tema: Salário Mínimo Estadual

19h20 - Apresentação da Visão do Governo Estadual

19h40 - Apresentação da Visão dos Empresários

20h00 - Apresentação da Visão dos Trabalhadores

20h20 - Debate

21h30 - Encerramento

Requião ataca organização sindical

Governador quer reduzir o número de dirigentes liberados do SindSaúde e também impõe quem deve ou não permanecer na função

Um parecer da Secretaria de Estado da Administração afirma que o Sindicato dos Servidores da Saúde Pública do Paraná (SindSaúde) tem direito a apenas 4 diretores liberados (atualmente são 5) e quer estabelecer quais diretores podem ou não ficar a disposição da atividade sindical. Porém, nos cálculos que tentam ludibriar os servidores, o Governo considera apenas os trabalhadores da ativa, excluindo os aposentados como se não fossem filiados ao SindSaúde.

Outra das ofensivas do Governo do Estado, dessa vez via Secretaria de Saúde, é a exigência do

retorno imediato ao local de trabalho da dirigente do SindSaúde Mari Elaine Rodella. Porém, conforme prevê a Constituição Federal, quem deve decidir sobre a liberação para a função sindical são os próprios servidores públicos, e não o Poder Executivo. "Parece que o objetivo de Requião é dificultar a organização dos trabalhadores. Mas ele está, na verdade, desrespeitando a Constituição Federal, a lei do dirigente sindical e toda a categoria. É preciso lembrar o governo Requião que a ditadura acabou já fazem mais de duas décadas", protestou Mari Elaine.

Leis garantem direito

A Constituição Federal do Brasil garante a livre organização sindical. No seu artigo 8º, parágrafo 1º, diz que "a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical." Isto significa que nenhum governo pode interferir em como e quem organizará o sindicato.

A Lei Estadual nº 10981/94, em seu 2º artigo, estabelece o número de dirigentes que o sindicato tem direito. Diz que: "É facultado às enti-

dades sindicais representantes de servidores públicos estaduais do Estado do Paraná, solicitar às autoridades de maior hierarquia do órgão de lotação dos servidores eleitos para cargo de direção sindical, a liberação dos mesmos, na proporção de três dirigentes, mais um dirigente a cada dois mil servidores associados, por entidade sindical, até o limite de 08 (oito)." Dessa forma, o SindSaúde tem direito a cinco dirigentes liberados. "Nunca o sindicato teve problema com este número. Apenas agora, depois de dois anos de governo Requião, é que o autoritarismo veio à tona" concluiu Mari Elaine.

Vem aí o Encontro Estadual de Mulheres da CUT

Nos dias 28 e 29 de outubro, na Sede Campestre do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região (Roça Velha São José dos Pinhais), acontecerá o Encontro Estadual da Mulher Trabalhadora da CUT. O objetivo é avaliar a política de gênero da CUT, rearticular o Coletivo Estadual de Mulheres da CUT, planejar ações para o período 2005/2006, e eleger as delegadas do Paraná para o Encontro Nacional de Mulheres da CUT, que acontece de 25 a 27 de novembro, em Brasília.

A atividade é direcionada a dirigentes sindicais mulheres, militantes feministas do movimento popular, estudantil e partidário. Também está prevista a participação de homens, desde que respeitada a cota de 30% do público estimado (40 pessoas). As inscrições devem ser feitas até o dia 21 de outubro pelo telefone (41) 3232-4649 ou pelo e-mail secgeral@cutpr.org.br e confirmadas mediante o pagamento da taxa de credenciamento (R\$ 20,00 por pessoa para o interior do estado e R\$ 50,00 para capital). A captação desses recursos cobrirá as despesas com alimentação, traslado Curitiba Roça Velha, e custos com material pedagógico. O valor deverá ser depositado na conta da CUT-PR (Banco do Brasil agência: 3041-4 Conta Corrente: 13844-4) e o comprovante enviado por fax (413324 5106).

Programação

28/10
Início - 09h30
1- Abertura
2- Apresentação das participantes
3- Análise de conjuntura e implicações para gênero
Intervalo para café
4- Mulher e Mercado de Trabalho trabalho produtivo e reprodutivo: avaliações recentes das negociações coletivas, cláusulas de gênero e perspectivas Exposição: Dieese-PR
Almoço 13h às 14h
5- Mulher e participação política Exposição: Marisa Stédile, presidente do Seeb Curitiba
Intervalo para café
6- Atuação das mulheres no Paraná
7- Encerramento do dia 17h30 traslado a Curitiba

29/10
8- Balanço das atividades de gênero da CUT-PR - Aprovação de calendário mínimo - atividade do Coletivo Estadual da Mulher 09h30 às 11h
Intervalo para café
9- Balanço da política de gênero da CUT - 11h15 12h15
Exposição - Ednalva Bezerra de Lima - Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora - SNMT CUT
10- Aprovação de propostas e eleição das delegadas ao Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora. 12h15 às 13h15
11- Avaliação e encaminhamentos 13h15 às 14h
Almoço Churrasco e confraternização

Traslado para o local do evento - ônibus fretado pela CUT para o evento (55 lugares) - Ponto de Encontro 07h30 - Praça Rui Barbosa em Curitiba - em frente à Igreja.

Seeb Londrina comemora 20 anos de filiação à CUT

O Sindicato dos Bancários de Londrina (Seeb-Lda) realiza no dia 21 de outubro, às 20h, na AABB, solenidade comemorativa da passagem dos vinte anos de filiação da entidade à Central Única dos Trabalhadores. Na oportunidade também haverá o lançamento da revista "20 anos de luta", confeccionada especialmente para a passagem da data. Mensagem divulgada pelo Sindicato consegue expressar de forma sintética o significado desse importante fato: "duas décadas de trabalho de-

fendendo direitos dos bancários e dos demais trabalhadores, sob as diretrizes da CUT, marcam uma parte da história do Sindicato dos Bancários de Londrina, desde que a diretoria Cutista rompeu com a intervenção em maio de 1985, e filiou-se à Central em 19 de outubro do mesmo ano. Aproveitamos esta ocasião para resgatar este período histórico e reafirmar nosso compromisso de estar sempre na luta".

AABB Londrina: Av. Comandante João Ribeiro de Barros, 461, Aeroporto.



No dia 23 diga SIM À VIDA

População brasileira voltará às urnas para opinar sobre a comercialização de armas de fogo e munição no país

O povo brasileiro voltará a utilizar as urnas eletrônicas no próximo dia 23 de outubro. Desta vez, porém, não será para eleger seus representantes legais no Poder Público, mas sim para votar no referendo popular sobre a venda de armas. A pergunta a ser respondida é “o comércio de armas e munições deve ser proibido no Brasil?”. Tirar armas é apenas uma entre várias ações necessárias ao combate à violência. Experiências bem sucedidas em outros países e até mesmo no Brasil levam em conta vários fatores, como policiamento comunitário, melhoria da educação, geração de emprego e renda para a população, principalmente para os jovens, tratamento adequado dos dependentes químicos, entre outros.

A vitória do “SIM” significará que grande parte do país deseja um projeto de nação em que as pessoas de bem não precisam se armar e que a sociedade irá cobrar mais programas de inclusão social, aperfeiçoamento do sistema Judiciário, redução da impunidade... Justamente as mesmas bandeiras defendidas ao longo de décadas pela classe trabalhadora. Já a indesejável vitória do “não” representará o predomínio da fantasia de que as pessoas estão mais protegidas de



SIM
DIGA À VIDA
VOTE 2

VAMOS ACABAR COM O COMÉRCIO DE ARMAS.

bandidos com a utilização de armas.

A CUT defende “SIM”, conforme deliberação retirada durante a última reunião da Direção

Nacional, realizada em setembro. Motivos para essa justificativa não faltam: no Brasil, somente no ano passado, morreram 36 mil pessoas vítimas de armas de

fogo, o que significa a perda de uma vida a cada quinze minutos; somos o país com maior número de mortes com armas de fogo no mundo; as principais vítimas desse instrumento fatal são jovens e mulheres; ter arma em casa é muito mais um risco do que uma proteção, porque quem possui tem 57% mais de chance de ser assassinado do que quem está desarmado; a maioria dos homicídios é cometida por desentendimentos entre parentes e conhecidos; enfim, inúmeros são os dados que ressaltam a importância do fim da comercialização.

A realização do referendo consta no Estatuto do Desarmamento (lei 10.826), que entrou em vigor no dia 23 de dezembro de 2003 com a sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a publicação no Diário Oficial da União. O decreto que o regulamentou, nº 5.123 de 01/07/2004, foi publicado no dia 02 de julho de 2004. Em regra, a lei proíbe o porte de armas por civis, com exceção para casos onde há ameaça à vida da pessoa. Nesses casos, o porte terá duração previamente determinada e estará sujeita à demonstração de efetiva necessidade e a requisitos para a obtenção de registro.

10 razões para votar SIM

1- Existem armas demais neste país.

Estima-se que o número total de armas em circulação no Brasil seja de 17,5 milhões. Apenas 10% dessas armas pertencem ao Estado (forças armadas e polícias), o resto, ou seja, 90%, estão em mãos de civis.

2- Armas foram feitas para matar.

No Brasil, 63,9% dos homicídios são cometidos por arma de fogo, enquanto 19,8% são causados por arma branca. Por quê? Porque armas de fogo matam com eficácia e sem nenhum risco para o agressor. Diante de uma faca, você corre, grita, chuta. A chance de morrer em uma agressão com arma de fogo é muito maior: de cada 4 feridos nos casos de agressões por arma de fogo, 3 morrem.

3- Ter armas em casa aumenta o risco, não a proteção.

Usar armas em legítima defesa só dá certo no cinema. Segundo o FBI, “para cada sucesso no uso defensivo de arma de fogo em homicídio justificável, houve 185 mortes com arma de fogo em homicídios, suicídios ou acidentes”. As armas em casa se voltam contra a própria família. No Brasil, duas crianças (entre 0 e 14 anos) são feridas por tiros acidentais todos os dias.

4- A presença de uma arma pode transformar qualquer cidadão em criminoso.

Armas de fogo transformam desavenças banais em tragédias irreversíveis. Em São Paulo, segundo a Divisão de Homicídios da Polícia Civil, o primeiro motivo para homicídios é “vingança” entre pessoas que se conhecem e que não possuem nenhum vínculo com o tráfico de drogas ou outras atividades criminosas.

5- Quando existe uma arma dentro de casa, a mulher corre muito mais risco de levar um tiro do que o ladrão.

Nas capitais brasileiras, 44% dos homicídios de mulheres são cometidos com arma de fogo. Dois terços dos casos de violência contra a mulher têm como autor o próprio marido ou companheiro.

6 - Em caso de assalto à mão armada, quem reage com arma de fogo corre mais risco de morrer.

É um mito considerar que com uma arma o cidadão está mais protegido. Na maioria dos assaltos, mesmo pessoas treinadas não têm tempo de reagir e sacar sua arma. Quando o cidadão reage, ele corre mais risco de se ferir ou ser morto.

7- Controlar as armas legais ajuda na luta contra o crime.

O mercado legal abastece o ilegal. Para se ter uma idéia, 80% das armas apreendidas pela polícia do Rio de Janeiro (de 1993 a 2003) são armas curtas (revólveres e pistolas) e 76% são brasileiras.

8- O Estatuto do Desarmamento é uma lei que desarma o bandido.

A maioria dos artigos do Estatuto do Desarmamento (lei nº 10.826, 22/12/2003) dá meios à polícia para aprimorar o combate ao tráfico ilícito de armas e para desarmar os bandidos. Ele estabelece a integração entre a base de dados da Polícia Federal, sobre armas apreendidas, e a do Exército, sobre produção e exportação. Agora as armas encontradas nas mãos de bandidos podem ser rastreadas e as rotas do tráfico desmontadas.

9 - Controlar as armas salva vidas

As leis de controle de armas ajudam a diminuir os riscos para todos. Na Austrália, 5 anos depois de uma lei que praticamente proibiu a venda de armas de fogo, a taxa de homicídios por arma de fogo caiu 50%. Entre as mulheres, a diminuição foi de 57%.

10 - Desarmamento é o primeiro passo

A proibição do comércio de armas de fogo e munição, isoladamente, não é capaz de solucionar o problema da criminalidade. Mas é um passo fundamental em direção a uma sociedade mais segura. Temos que continuar trabalhando por pactos internacionais pelo desarmamento, por melhorias no sistema de justiça e nas polícias e claro, pela redução da desigualdade social em nosso país. Mas para isso é preciso dar o primeiro passo.

Com greve, bancários conquistam avanços

Assembléias realizadas no dia 11 de outubro, de norte a sul do país, decidiram pela aprovação da proposta de Acordo Coletivo de Trabalho, feita pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). Depois de cinco dias em greve, a categoria mobilizada conseguiu melhorar a oferta patronal. O reajuste salarial passou de 4% para 6%, o abono de R\$ 1.000,00 para R\$ 1.700,00 e a Participação nos Lucros e Resultados de R\$ 733,00 para R\$ 800,00. A maioria das bases também referendou os acordos específicos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

Números

A greve foi instaurada em 23 estados e atingiu cerca de 100 mil bancários. Em todo país são 300 mil. Em Curitiba, por exemplo, em alguns dias mais de sessenta agências e sete centros administrativos estavam com as portas fechadas. Levantamento do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana (Seeb Curitiba) apontaram que, no período de maior intensidade do movimento, mais de 40% dos locais de trabalho estavam paralisados.

Avanços

A presidente do Seeb Curitiba, Marisa Stédile, considerou a greve como um avanço. Para ela, apesar de todas as ofensivas dos banqueiros, a força da categoria prevaleceu. “É uma tendência de mobilização acumulada desde a campanha salarial do ano passado, e isso se reflete nos acordos. Até 2003 eles eram fechados abaixo da inflação acumulada no período, mas com um abono para compensar essas perdas. Já em 2004 conseguimos reposição acima do índice inflacionário. Neste ano, além de ganho real, conquistamos abono e PLR melhores. É uma tendência de recuperação do poder aquisitivo do salário”, comemora.

Truculência

A violência, infelizmente, mais uma vez marcou um legítimo movi-



Mesmo com truculência patronal e policial, bancários seguiram resistindo

mento reivindicatório de trabalhadores. Os banqueiros utilizaram a força policial e artimanhas jurídicas para tentar frustrar a greve. Várias atitudes violentas foram registradas durante o processo. Um deles foi a prisão do dirigente (foto) da Federação dos Bancários da CUT-PR (Fetec-PR) e ex-presidente da CUT-Paraná, Roberto Von Der Osten. Betão, como é mais conhecido no movimento sindical, estava tentando fazer o banco cumprir a liminar que permitia a permanência do Sindicato na frente das instituições e ingresso no prédio, quando dois policiais militares, que o agrediram moral e fisicamente, o levaram para delegacia, sendo liberado horas mais tarde. “Mais indignante do que o uso do aparato policial para proteger patrimônio de banqueiro é o tratamento que é dado aos trabalhadores e a criminalização dos movimentos sociais. Fui chamado de vagabundo pelos policiais enquanto os advoga-



Ex-presidente da CUT-PR foi vítima da “ação” policial

dos do banco eram tratados como 'senhor' e estávamos, nós e o banco, fazendo valer liminares contraditórias. A polícia acreditou apenas na liminar do banco”, protestou Betão.

Fura-greves de luxo

Os bancários de Curitiba se depa- raram com uma incógnita durante a greve. O HSBC, banco multinacional britânico com matriz no Brasil em Curitiba, para transportar “fura-greves” para dentro do Centro Administrativo do Xaxim, na capital paranaense, contratou três helicópteros (foto ao lado). A pergunta que ficou no ar não poderia ser outra: “se o

banco tem dinheiro para gastar com transporte de helicóptero, porque não tem para pagar melhores salários?”

Cárcere privado

Após denúncia do Seeb Curitiba, fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) constataram a prática de cárcere privado por parte do HSBC. No Centro Administrativo da Vila Hauer foram encontrados colchões escondidos, que serviam para os funcionários passarem a noite e, dessa forma, trabalharem normalmente, sem passar pela portaria, onde sindicalistas prestavam esclarecimentos sobre a greve. “Por conta de nossa mobilização, desmascaramos essa atitude absurda do HSBC, que deve ser repudiada por todos os setores da sociedade. Esperamos que a Justiça tome as devidas providências”, esclareceu Marisa.

Guerra jurídica

Além dos embates com policiais, fura-greves, puxa-sacos, oficiais de justiça, entre outros, os sindicalistas travaram batalhas também no campo jurídico. Só que desta guerra, pelo menos em Curitiba, os trabalhadores saíram vitoriosos. O Seeb obteve liminar que garantiu o exercício do direito de greve. O documento, teoricamente, impede qualquer ação policial ou da direção dos bancos contra o movimento (manifestações em frente aos locais de trabalho, livre ingresso de dirigentes). Foi estipulada multa diária de R\$ 50 mil às instituições que por ventura desobedeceram a determinação judicial.



Cadi Busatto